



MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

EDITORIAL: BOLSONARO, NEOFACISMO EM MOVIMENTO PG.2

**19 DE JUNHO: TRABALHADORES NA RUA
CONTRA O GOVERNO BOLSONARO MOURÃO** PG.4

**MOBILIZAÇÕES DOS RODOVIÁRIOS DE SALVADOR E O DESCASO
DO CONSÓRCIO INTEGRA COM OS TRABALHADORES** PG.6

**O AUMENTO DO PREÇO DO GÁS E A
POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES** PG. 17

**IMPACTOS DA LEI PAULO GUSTAVO NO
SETOR DA CULTURA** PG.18

**ENTREVISTA DO MOMENTO:
RICARDO ANTUNES** PG.9

A COPA AMÉRICA E O GENOCÍDIO EM CURSO PG.15

À MEMÓRIA DE EUSÍNIO GASTON LAVIGNE PG.19

Bolsonaro, o neofascismo em movimento



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Milton Pinheiro

A condensação da crise em nosso país tem, objetivamente, lançado seus efeitos sobre a sociedade brasileira e acumulado vitórias na operação organizada e rápida da destruição social. Apesar de não termos, ainda, um despertar das subjetividades que impactam a luta política, a relação de forças na luta de classes tem dado sinais da movimentação da classe trabalhadora e isso pode contribuir para a construção de uma alternativa que impacte a cena pública e a política no Brasil.

No entanto, ainda prossegue a operação de destruição/dominação do Estado brasileiro – o caos controlado - e cresce o poder corrosivo do golpismo por dentro das instituições, avolumando-se os desmandos sobre a ordem da democracia formal, ferindo gravemente as liberdades democráticas. São ataques contra jornalistas, prisões de militantes, processos intimidatórios contra lutadores sociais na Polícia Federal, PMs bolsonaristas autonomizando-se da leniente corporação para agir com nítida forma fascista contra opositores do governo federal, repressões aos atos e manifestações sociais, processos contra professores/as das mais diversas universidades públicas, cerceamento da liberdade de expressão, avanço no uso da Lei de Segurança Nacional, ameaça de criação de uma lei “antiterror” para silenciar a oposição, etc.

No ambiente da crise econômica, o desemprego avança na corrosão das condições de vida social com algo em torno de 20 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. O conjunto das políticas de acompanhamento social tem sido paulatinamente destruídas, tendo como lógica a convicção de que os miseráveis da ordem capitalista devem ser jogados completamente na insana competição do mercado. A fome invadiu os lares e as ruas do Brasil. A carestia e a inflação têm sido criminosas contra trabalhadores de baixa renda e os pobres da estrutura social, esse projeto econômico tem sido muito mais efetivo na base da pirâmide social do que para com os segmentos médios com maior poder aquisitivo e os ricos.

O desemprego, a fome e a carestia têm sido o tripé que a burguesia interna, através do seu governo, tem se utilizado para atacar e esgarçar o tecido social. Trata-se da maior intervenção política da história recente do Brasil para exterminar a classe trabalhadora e colocá-la na informalidade e, ao mesmo tempo, o capitalismo aprofunda o sentido de ódio aos pobres para jogá-los na marginalidade social, ou seja, desarticulando-os da integração humana.

Esse projeto de classe prossegue com a radical e perversa ação do governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro, tentando impedir as ações de fiscalização sobre aqueles que cometem crimes que atacam o



meio ambiente, a exemplo da destruição da floresta amazônica e do avanço predatório do garimpo. Tudo isso aliado ao profundo descompromisso com a questão indígena que tem colocado essa população originária em risco cotidiano. A política pública do governo federal, nessas áreas, é de completa abertura para intervenção do capital que, com sua capacidade destrutiva, está operando uma devastação sem precedentes.

A pandemia da Covid 19, com sua letalidade, se transformou na oportunidade que o governo de extrema direita encontrou para liquidar um conjunto grande de pessoas (mais de 515 mil vidas) e operar o eugenismo social. O papel de Jair Bolsonaro nesta conjuntura pandêmica é criminoso, obscurantista, anticientífico, estimulador do contágio social e profundamente reacionário, não temos vacinas em virtude do negacionismo do presidente. O projeto do caos controlado e o avanço do golpe por dentro das instituições se consolidou. Agora está em marcha o ato final dessa estratégia de extrema direita.

A estratégia de destruição da democracia formal e das liberdades democráticas avança. Podemos afirmar que Bolsonaro tem movimentado ações táticas que se configuram nos testes públicos de força e nas declarações que sinalizam para o começo do processo de ruptura. Tudo planejado para examinar a capacidade ou não de reação das chamadas instituições e das forças populares e proletárias. A lógica é da perene naturalização e efetivação de um processo golpista... Para isso, operam-se as diversas ações de força com a presença de tropas militares e policiais, em especial as PMs, com hordas neofascistas e segmentos sociais de extrema direita que clamam pelo golpe aberto.

A ideologia do golpe fomenta a movimentação de diversas forças com ações muito consistentes por todo o Brasil. Percebe-se uma articulação policial-miliciana, uma presença militar concreta e, para isso, temos um acordo

velado entre as forças armadas (em especial o exército) e o presidente da república.

Não tem consistência analítica qualquer informação que coloque o exército como uma instituição que age de forma reativa diante o presidente neofascista. Essa força foi sedutoramente cooptada com milhares de postos no governo, com ministérios decisivos no palácio, com privilégios para a tropa, com aumentos no soldo e eles, hoje, estão agindo em perfeita simbiose com o presidente. Temos diversos exemplos desse conluio, mas ficaria apenas em dois: o episódio da não punição de Pazzuelo que participou de ato político com Bolsonaro e a entrevista do presidente do Superior Tribunal Militar (STM).

Bolsonaro com suas bases de caráter paramilitar e as hordas neofascistas se movimentam para encetar, após os rotineiros testes de força, o golpe que vai tentar fechar o ciclo de dominação sobre às instituições de Estado e operar a única forma de continuar no poder: um Estado de exceção. Pode ser, a depender do acirramento da conjuntura e do grau de repercussão das denúncias sobre ele em momento mais próximo, mas, também pode ocorrer depois do processo eleitoral diante de uma possível derrota (por isso questiona o voto eletrônico e defende o voto em cédula). Mesmo com essa análise sobre o processo golpista, examino que Bolsonaro chegará, se chegar, com muita força nas eleições de 2022. O Brasil e a ordem democrática correm risco com os dois cenários.

Só uma profunda alteração na relação de força, com forte incidência dos segmentos proletários e populares na cena pública e com a construção da mais férrea unidade de ação é que a esquerda poderá enfrentar o projeto golpista em curso. Bolsonaro colocou o neofascismo em movimento e só a frente única das forças proletárias, populares e de esquerda pode barrar esse projeto e contra-atacar.



Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP
Conselho de Redação
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,
Nalbert Antonino e Rafaela Fraga**
Editora
Camila Oliver
Diagramação e Capa
Nalbert Antonino



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição
**David Rehem, Vanessa Freitas, Luiza Brandão e
Victor Montalvão Moreno**
Revisão
Gabriel Galego e Rafaela Fraga
+55 (71) 99299-1368
contato@omomento.org
www.omomento.org

19 DE JUNHO: TRABALHADORES NA RUA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO-MOURÃO



Foto: Nino Guimarães/PCB Bahia

Por Victor Montalvão Moreno

Aglomeracões. Termo que vem incutindo temor em corações brasileiros nos últimos tempos. Entretanto, no dia 19 de junho de 2021, #19J, milhares de pessoas se encontram novamente nas ruas. Cartazes, bandeiras, gritos de ordem. Punhos erguidos em riste. Que aglomerações são essas?

Por todo lado, um detalhe se destaca: máscaras, em sua grande maioria PFF2 e N95, ou tecido, mas reforçadas com máscaras cirúrgicas, faceshields; borrifos de álcool são compartilhados entre estranhos. Garrafas não são compartilhadas e qualquer pessoa que vai beber água se afasta para retirar com cuidado sua máscara. O branco das máscaras contrasta com o vermelho das roupas e bandeiras, como contrasta o cuidado com a segurança com a necessidade pulsante de ocupar as ruas.

No último pronunciamento em redes sociais, o presidente voltou a realizar afirmações não corroboradas pela ciência, indicando que a vacina não é confiável e a proteção mais segura é dos que já foram contaminados e sobreviveram. Numa matemática básica, assumindo a taxa de mortalidade brasileira de 3% dos infectados e das infectadas, numa população de mais de 200 milhões de pessoas como

é a nossa, seriam mais de 6 milhões de mortes no projeto do Governo Bolsonaro/Mourão. Nas ruas, ontem, 19 de Junho, pessoas tentando impedir os 5 milhões e meio que faltam.

No último mês, as ruas voltaram a pulsar com as cores que correm nas veias dos brasileiros que não esqueceram ou ignoraram os que padecerem vítimas de uma pandemia que se não evitada, poderia ter sido amenizada. No dia 29 de maio, mais de 200 cidades foram ocupadas pelo Brasil por milhões de pessoas. Ontem, 19 de junho, alcançamos mais de 400 cidades ocupadas, incluindo em países no exterior que se solidarizam com a calamidade que enfrentamos.

Os brasileiros e as brasileiras que se encontram às ruas não compartilham apenas o luto e a revolta. Nos olhos, nos gritos e nos gestos, a esquerda se faz vividamente presente, tornando indiscutível o caráter político e a linha do ato. Entre estas forças, uma se destaca pela coordenação, organização e potência de sua militância aguerrida. Mantendo sua perene presença em todos os atos de rua, o Partido Comunista Brasileiro, seus coletivos, sua corrente sindical classista e sua organização estudantil demarcam o seu espaço na maior manifestação do ano até o momento.

Presente em inúmeros estados, aqui na Bahia o PCB foi às ruas nas cidades de Camaçari, Itabuna, Ilhéus, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Petrolina e Salvador. Desta última é de onde este texto se escuta, enquanto busca caminhando por entre esta fervorosa militância expressar a sensação de se estar presente. Com um trio elétrico onde os quadros do partido e dos coletivos puxavam palavras de ordem, o bloco do poder popular se organizava junto aos e às militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), incluindo os moradores e as moradoras da Ocupação Carlos Marighella, e a militância da Unidade Popular (UP) e sua juventude a União da Juventude Rebelião (UJR).

“Vim para as ruas hoje porque é inadmissível” – nos disse Murilo Bastos, professor da rede básica e militante do PCB e da Unidade Classista. “500 mil mortes no país hoje e a falta de um auxílio emergencial digno. Estou nas ruas porque eu acredito que é possível criar uma outra sociedade. Uma sociedade socialista, porque a barbárie nós já estamos vivendo.” As palavras de ordem ao fundo, proclamavam o contraste entre a proposta de poder popular e o programa fascista instituído no atual governo. “Por Emprego, Vacina no Braço e Comida no Prato”, era possível escutar frequentemente nos gritos da militância.

Aline Oliveira, fisioterapeuta, estudante de psicologia e militante do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro relata: “eu vim aqui para rua com o PCB para colocar o

Bolsonaro e o Mourão para fora (...). A gente está aqui para tentar reverter essa situação, para que a gente possa conseguir sobreviver até o ano que vem, no mínimo.” Essa sensação de urgência, era latente. Em inúmeras falas, a militância impunha a discordância com parte das outras forças na manifestação, que viam ali um espaço de disputa da democracia burguesa e construção de uma oposição para as eleições de 2022. “Temos uma bandeira central que é permanecer na luta e avançar porque nós não podemos esperar até 2022”, nos diz Felipe, estudante de história e militante da UJC. “Se esperarmos, vamos ter mais de um milhão de mortos e tudo privatizado”, ele conclui.

A manifestação partiu da concentração no Campo Grande em direção ao porto da Barra. No caminho, foi se avolumando e cobriu vários quilômetros da histórica avenida Sete de Setembro. Inúmeros cartazes se erguiam junto a punhos cerrados, no que sobravam dos rostos cobertos com máscaras, lia-se nos olhos a certeza de que se a população está nas ruas, é porque o presidente nos oferece mais risco que o vírus. Para derrotar Bolsonaro, Mourão e sua corja, seu projeto de morte da burguesia liquidacionista brasileira, para que possamos ter auxílio emergencial justo e vacina para todos e todas, pelo fim da violência policial e do genocídio da população negra, foram algumas das pautas levantadas, mas também o anseio de preparar a greve geral por empregos e por mais direitos. Nas ruas, a população marcha em resistência revolucionária.



Foto: Nino Guimarães/PCB Bahia

MOBILIZAÇÕES DOS RODOVIÁRIOS DE SALVADOR E O DESCASO DO CONSÓRCIO INTEGRA COM OS TRABALHADORES



Por Luiza Brandão

A cidade de Salvador, assim como a maior parte dos centros urbanos brasileiros, opera sob a lógica dicotômica de centro e periferia. Ao passo que no centro da cidade se encontra uma grande diversidade de lojas, estabelecimentos comerciais, espaços culturais, universidades, escolas e a maioria das residências das classes médias e da pequena burguesia soteropolitana, nas regiões mais afastadas do centro vivem milhares de trabalhadores e trabalhadoras que necessitam se deslocar diariamente até esses espaços para que possam garantir o pão de cada dia, cada vez mais difícil de obter diante do cenário de carestia no qual nos encontramos.

Para chegarem aos seus postos de trabalho, evidentemente, a maioria da população recorre ao transporte público, sobretudo os ônibus, que operam sob responsabilidade da prefeitura da cidade. Entre promessas de melhorias na qualidade do transporte que nunca são cumpridas e aumentos de passagem, que tornam o direito básico de ir e vir cada

vez mais restrito, nos vemos frente a uma crise no transporte público de Salvador, gerada pela completa entrega do sistema rodoviário municipal aos interesses privados, que vem se agravando com a pandemia. Essa crise, como veremos mais detalhadamente adiante, afeta profundamente tanto os trabalhadores que dependem do transporte público para se locomoverem, quanto os rodoviários, principalmente motoristas e cobradores, que atuam na rede.

Para compreendermos de forma qualitativa os últimos acontecimentos no que diz respeito à crise do transporte público em Salvador, que culminou em uma série de greves e manifestações dos trabalhadores rodoviários da cidade, é necessário termos em vista que não se chegou ao atual momento de forma repentina.

Há décadas, o transporte rodoviário da cidade é comandado por grandes oligarquias, considerando que diversas empresas de ônibus são pertencentes a uma mesma família. Desde o ano inicial da primeira gestão de ACM Neto

(DEM) na prefeitura de Salvador, em 2012, ouvimos a promessa de ser colocado em vigor o plano que objetivava criar um grande consórcio dessas empresas. Desde então, são prometidos ônibus com ar-condicionado, renovação das frotas, integração dos “amarelinhos” com o Salvador Card, além da automatização da cobrança das passagens, que seria realizada apenas através do cartão, na teoria dispensando, assim o papel dos cobradores. Tais medidas, disfarçadas de modernização, aliadas à mudança de contratos que viria junto com o consórcio, acarretaria na demissão em massa de rodoviários, principalmente de cobradores.

Devido à possibilidade de demissões e mudanças nos contratos que, certamente, resultariam em perdas de direitos e intensificação da precarização do trabalho dos rodoviários, ocorreram, na época, sessões abertas no Ministério Público a fim de discutir os consórcios. As sessões contaram com grande comparecimento da população e de movimentos sociais, mas, ainda assim, sofreram completo descaso dos parlamentares que dirigiam as reuniões, estes que chegavam a ficar mexendo no celular recostados nas cadeiras enquanto o povo falava.

Se o consórcio fosse efetivado, os trabalhadores teriam de ser demitidos das empresas e, em seguida, readmitidos através de um novo contrato, o que os colocaria numa delicada situação de vulnerabilidade. Uma vez se tratando de negociações voltadas principalmente aos interesses privados, a proposta foi recebida com desconfiança pelos rodoviários e pelos movimentos sociais, posto que estes tinham ciência de que a proposta certamente não seria benéfica nem para os próprios rodoviários, nem para os trabalhadores que dependem do transporte público para realizarem a locomoção diária, seja aos espaços de trabalho, estudo ou lazer.

Em 2014, enfim, o consórcio foi consolidado, dando origem à Integra (Associação das Empresas de Transportes de Salvador), a qual aglutina as três concessionárias do transporte coletivo por ônibus da cidade, sendo elas a Plataforma, que opera na área do subúrbio, a OT Trans, que opera na região do chamado “miolo”, e, por fim, a Salvador Norte, atuando na chamada Área Operacional da Orla.

Apesar das promessas de melhoria e modernização, as mudanças concretas advindas no novo consórcio passaram longe disso: muitos rodoviários foram demitidos, além de haver fragilização dos contratos e extrema burocratização da vida interna das empresas. Além disso, diversas linhas de ônibus foram modificadas ou simplesmente excluídas, e houve o aumento da passagem sem melhoria alguma na qualidade de estrutura e funcionamento dos ônibus de Salvador. Vale ressaltar que, desde então, ainda sob a desculpa de tais promessas, as passagens de ônibus vêm sofrendo aumentos substanciais ano a ano.

Com o passar do tempo, o consórcio vem se tornando cada vez mais insustentável. Um exemplo bastante evidente disso é a declarada falência da Concessionária Salvador Norte (CSN), que acumula uma dívida de mais de meio bilhão de reais e, para se manter em funcionamento, segue demitindo funcionários de forma repentina, sem aviso prévio e nem os devidos direitos trabalhistas. Além disso, é notável o sucateamento da frota da CSN: enquanto o contrato afirma que a empresa deveria disponibilizar 700 veículos, pouco mais de 560 se encontram aptos para circulação.

A auditoria realizada na empresa também encontrou um cenário de extrema precarização das condições de trabalho, além de, segundo reportagem publicada no G1, cerca de



Foto: João Aguiar

5,1 milhões de reais em apropriação indébita oriunda do INSS dos funcionários, recolhidos na folha de pagamento, que não eram repassados para o Governo Federal. Diante disso, a prefeitura optou por rescindir o contrato com a CSN, assumindo, desde junho de 2020, a operação dos ônibus do consórcio, que operava nas linhas da Orla e da Estação Musssurunga.

Após o rompimento com o consórcio, os trabalhadores da CSN precisaram ser demitidos e readmitidos, desta vez através de contratos temporários via Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). Com a intensificação da precarização do trabalho dos rodoviários, desde o início do mês a categoria vem realizando uma série de mobilizações com o objetivo de garantir os seus salários e condições mínimas de trabalho. Após a rescisão com a CSN, os trabalhadores se encontram há mais de 90 dias sem receber seus salários.

Tal situação é de extrema gravidade, uma vez que esse é o dinheiro que coloca comida na mesa dos trabalhadores. Diante disso, no dia 16 de junho os rodoviários realizaram um protesto no qual bloquearam o tráfego na Avenida Antônio Carlos Magalhães. Não surpreendentemente, a concessionária lamentou a postura dos trabalhadores que foram às ruas garantir o mínimo, evidenciando, mais uma vez, o descaso da iniciativa privada para com os interesses e necessidades daqueles sem os quais as engrenagens que movem seus lucros não poderiam funcionar.

Cinco dias depois, no último dia 21, rodoviários de todo o consórcio organizaram uma greve que deixou a cidade sem ônibus das 4h às 8h da manhã, bem como uma manifestação, apontando o descumprimento de uma das cláusulas de acordo fechado com os empresários: um adiantamento do salário deveria ter sido pago até a referida data. Entretanto, segundo o vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários (Fábio Primo), o consórcio informou que só teria condições de pagar o valor no quinto dia útil de julho, rompendo o compromisso assumido com a categoria e prejudicando profundamente os trabalhadores que já haviam se comprometido com a quantia.

Diante dessa crise, podemos observar a quais interesses a gestão neoliberal do prefeito de Salvador Bruno Reis (DEM), que dá seguimento ao projeto político de ACM Neto, está voltada a defender. Ao passo que o empenho para salvar as empresas e suas taxas de lucros são realizados a qualquer custo, o mesmo não se pode dizer quanto à preocupação com a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras do setor rodoviário. As crescentes mobilizações da categoria evidenciam a necessidade constante de exigir melhores condições de trabalho e garantia de recebimento dos salários, uma vez que o consórcio demonstra total desprezo no cumprimento dos acordos feitos com os trabalhadores, ignorando que os salários são o único meio de subsistência de muitos deles.



Foto: Valter Pontes/Secom

ENTREVISTA DO MOMENTO: RICARDO ANTUNES



Reprodução: Blog da Boitempo

Por Milton Pinheiro

Transcrição de áudio: Rafaela Fraga

Ricardo Antunes é professor titular de sociologia do trabalho da Unicamp.

O MOMENTO - A situação política e social em nosso país está gerando a possibilidade de uma profunda condensação de crises. Para além da análise da conjuntura, quais seriam os fundamentos dessa crise?

RICARDO ANTUNES - O primeiro elemento fundamental para se entender a tragédia brasileira, especialmente dos últimos 4 a 5 anos - de 2016 para cá, desde o golpe de 2016 até esse momento atual -, é a confluência trágica de uma crise econômica (estrutural) do sistema global do capital, que é desigual e combinado no seu desencadeamento, e que chegou aqui intensamente a partir de 2014, encontrou um solo social secularmente desigual, e que devastou o que estávamos vivenciando nos anos anteriores.

Basta dizer que, da Reforma Trabalhista para cá, e mesmo antes, já no final do Governo Dilma, todos sabemos como se ampliou muito fortemente o desemprego. Entramos no flagelo de uma sociedade onde, frequentemente, 40% da classe trabalhadora encontra-se na informalidade. Isto levou essa simultaneidade entre a crise estrutural de matriz econômica e a crise social pautada pela devastação, a uma crise política em 2018, onde, fundamentalmente, o desgaste do experimento dos Governos do PT, acrescido a uma necessidade de implementar políticas econômicas e sociais de absoluta devastação - que passaram a ser exigência das grandes, distintas e diferenciadas frações da burguesia, e não poderiam encontrar, naturalmente, no governo do PT, um governo de devastação.

Exigia-se do Governo Dilma Rousseff uma devastação, que, de algum modo, contrapunha-se à política de conciliação que pautou

os Governos do PT. Nós sabemos que estes governos - e nisso tem uma força marcante a atuação do Lula - sempre foram pautados pela conciliação entre classes. Foram governos policlassistas, ainda que, sempre enfatizando, como Lula cansou de dizer: "as burguesias vão ganhar muito dinheiro, mas é preciso que uma parte pequena seja drenada para as políticas sociais, de modo a minimizar o flagelo das populações assalariadas empobrecidas".

Isso levou ao golpe de 2016, que depôs Dilma; ao Governo Temer, um governo bastante pautado por uma política de implantação das exigências da burguesia; e, no meio disto, quando saíamos do Governo Dilma e iniciávamos o Governo Bolsonaro, 1 ano depois desse trágico Governo Bolsonaro, dessa tragédia, dessa catástrofe completa, nós tivemos o ingrediente último que faltava: uma crise sanitária brutal, e que, como sabemos, vem sendo tratada pelo Governo Bolsonaro como uma questão irrelevante, dando, desse modo, motivos para que hoje exista uma campanha claramente presente no país inteiro e em várias partes do mundo, de que o Governo praticou uma política de genocídio em relação às populações pobres das favelas, da classe trabalhadora, dos negros, das negras, das mulheres, das comunidades indígenas. E chegamos a essa tragédia em que estamos hoje.

O MOMENTO - O cenário político brasileiro, onde se posicionam os diversos agentes da luta de classes, tem sido impactado por ações contraditórias: CPI da COVID-19, candidatura de Lula, ingresso da esquerda nas redes de contágio, presença de diversas organizações da esquerda socialista em atos de ruas... Qual deveria ser a questão principal do bloco proletário e popular nesse momento?

RICARDO ANTUNES - A esquerda brasileira e, por que não dizer, a esquerda dominante no cenário mundial, tem sido uma esquerda dentro da ordem. Nós podemos pegar o caso mais emblemático, que foi a irrupção de uma esquerda mais ousada, aparentemente mais radical na Grécia, no contexto da crise grega, que presenciamos na viragem da primeira década para a segunda década; e a primeira medida deste governo de esquerda - depois de um

plebiscito com resultado favorável à ruptura com a União Europeia - foi deixar de lado o plebiscito e defender a política do capital europeu dominante e sob a hegemonia da Alemanha.

Isto, para exemplificar que o papel das esquerdas tem sido prevalentemente de uma política que se pauta no espaço da esquerda dentro da ordem. Ela vem jogando toda a sua energia para o conserto do capitalismo, para restaurar o welfare state na Europa e construir um welfare state que nunca existiu como experiência longa e duradoura em nenhum país do sul do mundo.

O desafio, então, que deve ser a questão principal: organizar pela base, tendo a impulsão social dada pela classe trabalhadora, nela compreendida na sua nova morfologia, no seu desenho. Um conjunto de trabalhadores que aglutina desde a classe trabalhadora ainda com elementos de estabilidade (cada vez menor), àquela que não para de se expandir na informalidade: nas formas de trabalho intermitente, na uberização, assimilando que a classe trabalhadora tem gêneros, tem raça, respeitando a força das periferias, olhando para o passado e para o futuro que indicam as comunidades indígenas, a juventude - esta que não tem nenhuma perspectiva no país; saiu recentemente na Folha de S.Paulo uma pesquisa dizendo que metade da juventude brasileira não vê nenhuma perspectiva no país. E, quanto mais pobre, quanto mais da base da pirâmide social, mais trágica é esta situação.

Os partidos maiores ou menores que são claramente anticapitalistas no Brasil, em geral são ainda grupamentos de pequena expressão. Não são todos os partidos de esquerda, pois tem uma parte importante que não se coloca com uma política claramente anticapitalista; os partidos anticapitalistas e mais esse mosaico de movimentos da juventude, antirracista, feminista, têm que tomar a condução e a impulsão desses movimentos para tirar a bússola que empurra os movimentos sociais e as esquerdas para o caminho institucional, e alterá-la no sentido de uma luta não anti, mas extra-institucional; não anti-parlamentar, não é a recusa de participar do parlamento em todas as situações, mas é uma luta extra-parlamentar. Esse é o desafio crucial neste momento em que estamos vivendo.

O MOMENTO - Existe um debate em curso que é fundamental, para além da ação



da realidade concreta, que é sobre o caráter do Governo Bolsonaro, e se vivemos ou não um novo ciclo de fascismo entre nós. Como caracteriza essas duas questões?

RICARDO ANTUNES - O Governo Bolsonaro confirma uma trágica tendência da realidade política que temos no Brasil - e quem mais profunda e ricamente tratou deste tema foi nosso Florestan Fernandes.

O Brasil, assim como nossa América Latina, mas em particular o Brasil, sempre oscilou entre uma forma autocrática abrandada e o descambamento para formas ditatoriais e militares, como tivemos em 1964 com a Ditadura Militar, como tivemos com o Golpe do Estado Novo em 1937, para citar estes exemplos que foram os experimentos ditatoriais mais fortes do Brasil. De uma autocracia que tínhamos com Getúlio nos anos de 1935 a 1937, migramos para uma Ditadura Civil, mas com respaldo Militar; diferentemente da Ditadura de 1964, que teve a impulsão da burguesia - e portanto teve um claro traço Civil, mas foi uma Ditadura abertamente Militar.

No caso do Bolsonaro, é preciso acrescentar ingredientes importantes: ele é, sim, uma liderança que expressa tipicamente elementos neofascistas. Claro, é uma análise que precisamos fazer com mais profundidade, mas ele oscila entre o protofascismo e o neofascismo. Não é o fascismo tal qual conhecemos nos anos 1920; certamente não é. Tem elementos diferenciados. É um fascismo com traços bonapartistas. E eu retenho aqui uma conceitualização de Marx que é primorosa: o Bonaparte é aquela expressão política, aquela personificação do poder de uma figura que não se origina das classes burguesas, mas vai agir no universo e no horizonte sob comando dessas classes burguesas.

Faço um último comentário: o Lukács, acho que foi no posfácio do "Assalto à Razão" - um livro tão importante e certamente rico e polêmico -, que ele aludia à possibilidade da emergência do fascismo nos Estados Unidos: dizia que os Estados Unidos tinham atingido tal nível de avanço do capitalismo monopolista, que poderia ser compatível com a ação fascista. Nós sabemos que o fascismo teve vigência na Alemanha porque foi uma forma de consolidar o capitalismo monopolista alemão, que buscava avançar a sua fase imperialista. Com todas as

diferenças, o mesmo se deu no caso da Itália.

Então, é desse modo que eu penso que nós podemos entender: seria possível termos fascismo em países como os Estados Unidos? Trump foi um claro exercício disso: se ele tivesse dado um golpe e sido bem sucedido no golpe, ele teria instaurado um governo de tipo fascista. Fascista, porém, com essas dimensões que diferenciam o nacionalismo e o internacionalismo burguês, a internacionalização do capital nascente no início do século XX, do capitalismo mundializado dos nossos dias.

O MOMENTO - No ciclo político que se abriu em 2013, com as diversas derrotas da esquerda e da social-democracia tardia, o campo do trabalho foi violentamente atacado no Brasil. Qual a análise que você faz desse processo?

RICARDO ANTUNES - Trarei dois ou três elementos, porque essa discussão seria, como todas as outras questões, de grande profundidade. Darei, aqui, pistas para se desenhar um cenário.

O que aconteceu a partir de 2013, 2014? Nós vivenciamos, nos anos 2009 a 2013, até 2014, uma era muito rica de rebeliões. Uma era de rebeliões que começa com a revolução na Tunísia e expande-se para o Oriente Médio; tivemos o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, um movimento de contestação à política financeira que controla o imperialismo norte-americano; tivemos a explosão dos Indignados da Espanha; os Precários Inflexíveis em Portugal; as rebeliões de várias ordens na Inglaterra; tivemos manifestações na França; tivemos um momento de avanço da esquerda política anticapitalista na Grécia, que depois teve aquele desfecho que já mencionei; e esta era de rebeliões não resultou numa era de revoluções. É diferente: uma rebelião não é uma revolução. Uma revolução pode começar através de uma ou de muitas rebeliões, mas para que ela se converta de rebelião em revolução, é preciso um movimento muito mais complexo.

O que nós tivemos a partir disto? Uma era de contrarrevolução preventiva de amplitude global - novamente aqui eu recupero a ideia do Florestan de contrarrevolução preventiva, preventiva por sequer haver o risco da revolução. E o Marcuse já falava, nos seus escritos, desta fase de exacerbação do irracionalismo

burguês na sua máxima potência. O resultado disto, no plano do trabalho, significou dizer o seguinte: essa proposta nasce com o neoliberalismo, no final dos anos 1970; se desenvolve por todas as últimas duas décadas e meia do século XX, com o aprofundamento da crise estrutural do sistema capitalista que começa em 1973; e se agudiza em 2008/2009. Os capitais globais e as suas corporações decidem, então: daqui para frente, alta tecnologia, exército de reserva disponível em amplitude global, e o capitalismo em crise, dada a privatização e a transformação capitalista de modo total do setor de serviços.

No século XX, o setor de serviços era parcialmente explorado capitalisticamente: educação, saúde, previdência, água, energia elétrica, estradas, cárcere, tudo isso era, no passado, até o fim dos anos 1960, prevalentemente público. A privatização do setor de serviços, a sua mercadorização e comoditização fez com que se desenvolvesse uma ideia magistral do Marx, que está presente no Volume II d'O Capital e eu procurei desenvolver no meu livro "O Privilégio da Servidão", particularmente o capítulo 2 dá elementos disso: o setor de serviços desenvolve capitalisticamente o que Marx chamava de Indústria de Serviços. E a regra é a seguinte: alta tecnologia, exército sobrando de força de trabalho, crise econômica capitalista, setor de serviços privatizados.

É preciso corroer, é preciso demolir todos os direitos do trabalho de modo que a classe trabalhadora aceite qualquer um, porque, cada vez mais, ela vai ser substituída por maquinário tecno-informacional digital, indústria 4.0, trabalho digital, internet, big-data, impressão 3D, geração 5G, tudo isso que tem como sentido principal aumentar, no processo de geração de valor e de riqueza capitalistas, a dimensão do trabalho morto (maquinário tecno-informacional digital), em detrimento, ou seja, reduzindo o trabalho vivo.

O problema crucial do capitalismo, entretanto, decorre de um único fato: o capitalismo não se valoriza sem força humana de trabalho. Foi por isso que Marx e Engels disseram, premonitoriamente, que o capital não tem como se desenvolver sem criar o seu próprio coveiro, que é o proletariado, que é a classe trabalhadora. Muito bem: o capital pode, então, reduzir a classe trabalhadora, precarizá-la, destituí-la

de direitos; mas isso não permite que ele possa eliminar, em última instância, a luta de classes.

O MOMENTO - Na lógica do caos controlado do Governo de Jair Bolsonaro, que tem como objetivo acabar com os serviços públicos e transformá-los numa carteira de negócios para a iniciativa privada, como você examina a atual situação da Universidade brasileira?

RICARDO ANTUNES - O Governo Bolsonaro, com seu perfil autocrático, bonapartista e fascista, como eu disse anteriormente, "alternando entre uma variante de neofascismo e de profascismo", tem como imperativo o desmonte de todas as atividades públicas que são passíveis de serem privatizadas, mercadorizadas e comoditizadas. É assim que tem sido feito, e nós vimos na semana passada a privatização da Eletrobrás.

A Universidade tem, em relação ao Governo Bolsonaro, outras dimensões que transcendem a esta. A política do Governo Bolsonaro é de desmonte da Universidade para sua privatização. Ele não tem nenhum interesse em Ciência de ponta, nem em Ciência Exata - as chamadas Ciências duras; na cabeça do Governo Bolsonaro, a Ciência "que basta" é a Ciência "Militar", ou seja, a ideologia da Segurança Nacional que foi gestada no pós-Segunda Guerra, dentro da concepção imperialista norte-americana da Guerra Fria. Ela se esparramou, e se mantém com as eventuais alterações.

Mas, para além disso, o Governo Bolsonaro tem interesse em eliminar a reflexão crítica e científica na Universidade, em particular nas Ciências Humanas. Ele sabe que as Ciências Humanas são um pólo de reflexão: os estudos de História, Economia, Sociologia, Literatura, Geografia, Ciência Política etc. Ele sabe que, nas chamadas Humanidades, em geral, a reflexão crítica é intrinsecamente antifascista, anti-ditatorial, antiautocrática. Não existe uma experiência de Universidade pública, na área de Humanas, que tenha sido por longo tempo fascista, ditatorial. Não; as Universidades, em particular as Ciências Humanas dentro das Universidades, são sempre pólo de reflexão crítica.

Como ele está fazendo para destruir esse projeto? Num primeiro momento, minando e exaurindo completamente os recur-

tos da Universidade. A partir da exaustão e eliminação dos recursos públicos da Universidade, elas acabam tendo que ir bater às portas do mundo privado, das corporações, das grandes empresas, para poder obter recursos. No plano da Medicina e das Ciências Biológicas, na cabeça desse Governo, os laboratórios podem prestar esse apoio. No plano das Ciências duras - Química, Física etc -, as empresas, com o interesse da razão instrumental, podem incentivar áreas que interessam à pesquisa empresarial.

Sempre lembrando que, mesmo nessas áreas, em países como o Brasil, a pesquisa avança predominantemente pelo incentivo público. E nas Ciências Humanas, por óbvio, a sua exaustão - porque não é possível empurrar as Ciências Humanas para depender do apoio das empresas privadas.

Como se faz isso? Além dessa retração de recursos, é vital para o Governo Bolsonaro a destruição da carreira universitária; a destruição da pesquisa que contempla estabilidade para o pesquisador ou pesquisadora; tempo de reflexão: o tempo da Ciência - seja essa Ciência nas Exatas ou nas Humanas - não é o tempo do mercado. Como você arrebenta com essa Ciência? Impondo-a a seguir a razão instrumental ditada pelo mercado.

O próximo passo - no qual já estamos se não formos capazes de lutar duramente - nós já sabemos: criar o trabalho uberizado intermitente, e para fazer isto, o objetivo primeiro do Governo é destruir a carreira universitária em todos os sentidos, dos docentes e dos demais funcionários, e aniquilar o ensino público e gratuito. Por sorte nossa, há de haver muita resistência do Movimento Estudantil, do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Públicas e do Movimento dos Docentes. Além de termos que procurar ter o máximo possível de apoio da sociedade, na percepção de que a Universidade Pública é vital, assim como o SUS se mostrou também absolutamente vital.

O MOMENTO - A esquerda brasileira, a partir de suas distinções e matizes políticas, tem projeto para reagir ao avanço da extrema-direita?

RICARDO ANTUNES - As esquerdas precisam se reinventar, especialmente as esquerdas anticapitalistas. Eu não tenho nenhuma ilusão

em relação às esquerdas dentro da ordem, as esquerdas que querem “consertar o capitalismo”. Essas serão o que, de novo o Florestan Fernandes, chamava provocativamente de “cauda da burguesia”: a burguesia tem que ter um discreto charme, e seu discreto charme é aquele pólo mais moderado da esquerda, que se diz de esquerda, mas pratica o que a direita gosta.

Nós estamos desafiados a reinventar uma concepção original, anticapitalista, corajosa, radical, renovada ou seja, contemporânea com os desafios do século XXI, porém radical. Não renovada e contemporânea e portanto conciliadora e da consertação; não, não há possibilidade de reinventar a social-democracia, nem nos países ditos avançados, que estão vendo a sua social-democracia ser jogada pelo ralo, e muito menos no sul global, no sul do mundo, onde a social-democracia nunca pode vicejar.

Nós, socialistas, então anticapitalistas, devemos aprender com as lutas concretas da classe trabalhadora, com as lutas das comunidades indígenas, hoje um dos maiores elementos de oposição ao Governo Bolsonaro - ainda poucos dias atrás estavam centenas deles contra esse projeto letal do chamado “marco temporal”, que no fundo visa, como é uma política deste governo fascista e de extrema-direita, reduzir ao máximo até eliminar as áreas que são de direito dos nossos povos originários.

É claro que aqui tem um segundo elemento muito importante: nós não podemos ter receio de fazer críticas e autocríticas profundas das várias experiências socialistas. As esquerdas anticapitalistas não são e não devem defender o que é indefensável. A meu juízo - sabendo que isso pode ser polêmico para muitos, defender a contrarrevolução stalinista na União Soviética não é política de uma esquerda anticapitalista radical e consentânea com os imperativos do século XXI. Nós temos que ter ousadia para enfrentar o que foi a Revolução Russa, a sua origem magistral e por que ela se transformou.

Isso repõe a questão crucial da impossibilidade do socialismo num só país; a questão crucial que Mészáros tantas vezes nos indicou, de que também nos países pós-capitalistas que seguiram a experimentação de tipo soviética, com a diferença de que a União Soviética teve uma revolução portentosa, o leste europeu não viveu uma luta revolucionária contra o capitalismo,

mas uma luta de resistência muito importante aliás, uma luta de resistência contra o fascismo.

Nós temos que enfrentar, por exemplo, por que uma revolução que começa em 1949, com a força camponesa na China, dirigida por um Partido Comunista de claro perfil fundamentado na ideologia do proletariado, como o Partido Comunista Chinês sob liderança do Mao Tsé-Tung, como é que a partir da morte de Mao no início da década de 1970, ele se metamorfoseia numa “variante” de país que hoje é a maquinofatura global, com níveis de exploração do trabalho brutais? Por suposto, não vou discutir aqui. É uma questão importante, de fundo geopolítico, é outra discussão; mas, evidentemente, temos que enfrentar.

Qual é o nosso ponto de partida, uma vez mais? O capitalismo levou, pelo menos, três séculos para se tornar dominante - do século XV ao XVIII -, e só se tornou dominante quando as suas revoluções burguesas atingiram o coração do capitalismo: a Inglaterra e a França. Por que o socialismo teria que ser vitorioso nos primeiros 150 anos? Da Comuna de Paris para cá? Nós estamos comemorando 150 anos da Comuna de Paris. Nós temos, ainda, 150 anos para termos o mesmo tempo que o capitalismo teve para ser dominante.

E, já que eu citei a Comuna de Paris, esse é o nosso ponto de partida mais precioso: uma revolução espetacular, comunal, operária, das classes trabalhadoras - como disse Marx, proletárias - ou como eu prefiro dizer, da classe trabalhadora ampliada, que condensava um conjunto de atividades para além daquelas que tipificam o proletariado, e que foi espetacular.

A Comuna de Paris é, em si e por si, um ponto de partida. Ocorreu numa das mais importantes capitais da Europa, no século XIX, e foi magnífica no desenho que instituiu: o poder comunal, a quebra da tripartição burguesa de poderes; o mandato, por exemplo, do representante da Comuna, era revogável a qualquer momento; uma educação verdadeiramente pública; este é o nosso ponto de partida.

O MOMENTO - Quais são os fundamentos da teoria social marxista que podem contribuir para superarmos a atual quadra histórica e mudarmos a cor-

relação de forças na luta de classes?

RICARDO ANTUNES - Bom, essa seria uma questão que levaria o tempo que levei para indicar respostas às questões anteriores. Darei apenas uma pista: Marx é o ponto de partida imprescindível em nosso tempo. É o ponto de partida, não é o ponto de chegada. Há um conjunto muito rico de contribuições marxistas do século XX. Posso citar algumas: Lenin e Trotsky, na Rússia; Rosa Luxemburgo, na Revolução Alemã; Lukács, na Revolução Húngara, e toda a obra Lukacsiana, que se seguiu a partir da sua atuação já como marxista no contexto da Revolução Húngara de 1919; Gramsci, na Itália; e daí nós tivemos desdobramentos de vários pontos.

Eu diria que Marx é o ponto de partida, porque, para retomarmos um projeto original para o século XXI, teremos que recuperar a noção de propriedade social e comunal. Teremos que recuperar o sentido da emancipação humana e social, onde classe, gênero, raça, etnia, igualdade substantiva sejam dotados de sentido. Num processo de transformação revolucionária da classe trabalhadora, tem corpo, tem gênero, tem raça, tem etnia; na luta pela igualdade substantiva, para de novo retomar uma expressão cara ao István Mészáros, é vital incorporar essa dimensão humana, esses pólos.

Hoje é uma revolução feminista de amplitude global; uma luta antirracista do mundo inteiro, em todos os países, especialmente naqueles países que sofreram o vilipêndio brutal do racismo; temos uma luta dos LGBTs; temos uma luta da juventude; são muitos os descontentamentos, sejam eles do norte do mundo, sejam eles do sul do mundo, com as suas distintas dimensões.

E recuperar uma ideia que também é do Marx, que eu desenvolvi no meu livro “Os Sentidos do Trabalho” e tenho desenvolvido na minha obra desde o “Adeus ao Trabalho”: uma vida dotada de sentido dentro do mundo do trabalho, e uma vida dotada de sentido fora do trabalho, nos opõem ao capitalismo. Isto porque o trabalho que estrutura o capital desestrutura a humanidade, e o trabalho autônomo produtor de bens socialmente úteis desestrutura o capitalismo. Então, esta é a chave: o trabalho que estrutura o capital, desestrutura a humanidade; o trabalho que estrutura a humanidade, tem que desestruturar o capital.

A COPA AMÉRICA E O GENOCÍDIO EM CURSO



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Por David Rehem

A ditadura militar que destruiu o país entre os anos de 1964 e 1985 construiu uma tradição de se apropriar do futebol para melhoria de sua imagem. O ano referência foi 1970, o ditador era o Médici, responsável por implantar a fase mais cruel e repressiva desse período tenebroso de nossa história. A primeira intervenção na seleção foi tencionar a relação entre o melhor técnico brasileiro daquela época, João Saldanha, com a torcida, já que o ditador Médici desejava que Dadá Maravilha fosse convocado. Saldanha era visto como uma pedra no sapato dos projetos da ditadura, já que ele era um militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao afastar Saldanha, a ditadura civil-militar brasileira pôde militarizar a equipe técnica da seleção. O capitão do exército Cláudio Coutinho, futuro técnico da seleção, foi alçado a preparador físico da equipe. Outros militares foram incorporados. O jingle “Pra frente Brasil” foi usado tanto para mobilizar a seleção como para reforçar o discurso do regime de progresso, hoje sabidamente às custas do endividamento

do país junto às organizações financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Brasil, 2021. A Copa América é rejeitada por dois países sedes: Colômbia e Argentina. No primeiro país, devido às mobilizações populares contrárias às mazelas do governo títere colombiano que implementa uma política de Estado que massacra e assassina seu próprio povo. No caso argentino, a razão da rejeição foi a pandemia e o país justificou querer focar no combate ao vírus. No dia 31 de maio, o presidente do Brasil recebe e responde quase que de imediato à Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL). Ao mesmo tempo, a CPI da COVID realizada pelo senado federal confirmava o que já era de conhecimento público: o governo brasileiro havia se recusado a investir em vacinas que estavam em fase de desenvolvimento. Ou seja, o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro e aliados do centrão (DEM, PSD, PP e CIA) foi rápido em responder a um evento esportivo num período de grande mortandade.

No dia 31, já eram 462 mil mortos pela pandemia. Enquanto isso, governo e centrão diziam que não havia nenhum problema em ocorrer o evento, posicionamento que depois foi respaldado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Hoje, sabemos que a Copa América foi uma tentativa de reeditar o evento em que o presidente do desgoverno atual tentou vincular sua imagem à imagem vitoriosa da seleção. Os jogadores da seleção brasileira e da comissão técnica chegaram a insinuar uma oposição à participação da Copa, mas após o afastamento do cartola Rogério Caboclo e a condução do coronel do exército Antônio Carlos Nunes de Lima à presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) os membros da seleção aceitaram participar da competição. Mas será que as medidas de segurança sugeridas garantiram uma Copa América sem grandes intercorrências relacionadas à pandemia? Vamos ao número.

A primeira coisa a ser salientada é que a CONMEBOL tem se recusado a passar dados precisos sobre a taxa de infecção de pessoas envolvidas na Copa América. O Ministério da Saúde informou, dia 07/06/2021, que 1.100 pessoas estariam envolvidas no evento. No dia 25 do mesmo mês, a CONMEBOL, que vem destacando o grande número de testagens, informou que havia 166 casos positivos, o que nos

leva a um percentual de infectados de 15% até o dia 21. Se comparado com o número de casos dos países, a taxa de infecção por covid-19 seria a 6.^a maior taxa do mundo. Aos que disseram que as competições nacionais do ano passado e deste ano eram a comprovação da segurança do evento, 14,7% dos atletas de todos os torneios de futebol masculino e profissional realizados no ano passado foram infectados, o que comprova que tais competições não conseguiram garantir a segurança dos seus profissionais.

Levando a discussão para outro patamar, vivemos em uma realidade em que o próprio governo federal tem defendido a volta de uma normalidade pré-pandemia. Somado a isso, os governos estaduais têm realizado o mínimo para evitar aglomerações, mas mantém transportes públicos lotados e não fiscalizam locais de trabalho sobre as medidas sanitárias necessárias em ambientes fechados. Foi dentro desse contexto, de total descaso dos governos e de empresários frente a população, que o governo aprovou a realização de um evento esportivo que estimula a naturalização da situação. Enquanto isso, ultrapassamos mais de 500 mil mortos pela pandemia. Famílias que perderam pais, mães, irmãos e irmãs, filhos e filhas, desestruturadas e desamparadas pelo governo genocida que joga contra a vida.



Créditos: Lucas Figueiredo/CBF

O AUMENTO DO PREÇO DO GÁS E A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES



Por Vanessa Freitas

Os custos da atual crise no Brasil continuam a recair sobre os trabalhadores mais empobrecidos. A realidade é cada vez mais alarmante: grande parte da população atua na informalidade, sem nenhuma garantia de renda mensal, ao passo que a taxa de desocupação em Salvador já atinge 21,3% segundo dados do IBGE. As famílias brasileiras, dantes enfrentando o desemprego e a insegurança alimentar - considerando o aumento do preço da cesta básica desde o último trimestre de 2020 -, seguem enfrentando o crescente preço do gás de cozinha, que incide diretamente nas condições de acesso e consumo da classe trabalhadora.

No início de junho deste ano, a Petrobrás anunciou um reajuste de 5,9% no preço do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), e estima-se que o preço de um único botijão pode ultrapassar a faixa dos R\$100,00 em Salvador. Os preços do GLP variam de acordo com as distribuidoras dos bairros da capital baiana, com uma variação de R\$80,00 a R\$95,00. O aumento do preço do gás de cozinha dificulta ainda mais as condições de vida da maioria da população, afetando também os pequenos comerciantes que trabalham no setor de serviços de alimentação, além dos trabalhadores informais, que, sem garantias, não conseguem arcar com o aumento excessivo dos custos.

O reajuste do preço do gás de cozinha, o GLP, é um reflexo da política ultraliberal que

vem sendo orquestrada pelo Governo Federal, com sua agenda de privatizações que entrega setores estratégicos nacionais ao mercado acionista. Tal aumento no montante do gás se dá pela atual Política de Preços da Petrobrás, que corresponde à cotação do petróleo no mercado internacional e não atende à demanda do mercado interno, influenciando, portanto, no preço final do produto, que é derivado do petróleo. Dessa forma, esse processo impacta na comercialização do gás de cozinha, que é um insumo de consumo popular.

A defesa das estatais brasileiras contra a política de privatizações é uma necessidade histórica, que atua na perspectiva de garantir autonomia e soberania do país frente ao capital privado, promovendo a capacidade de produção e correspondência da demanda nacional interna e superando as relações de dependência no comércio internacional, bem como o PPI (Preço de Paridade Internacional) que está em curso.

Assegurar as condições de acesso a produtos essenciais e o bem-estar da população, especialmente num cenário de pandemia, deveria ser questão prioritária; mas o governo Bolsonaro-Mourão não opera com vistas a isso, pois seu projeto liberal é antagônico aos interesses da população pobre e periférica. Mais do que nunca, é preciso defender as condições de vida do povo brasileiro. Contra a precarização, a fome e a contínua retirada de direitos.

IMPACTOS DA LEI PAULO GUSTAVO NO SETOR DA CULTURA



Divulgação

Por Gabriel Galego

A Proposta Legislativa Complementar (PLP) 73/2021, conhecida como Lei Paulo Gustavo, prevê o investimento emergencial de cerca de R\$4,4 bilhões no setor cultural.

Dentro do contexto de crise econômica provocada pela pandemia, o setor cultural está sendo um dos mais afetados, impactando diretamente na vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras da cultura. No ano de 2020, em caráter emergencial, tivemos o auxílio essencial da Lei Aldir Blanc. Hoje, a PLP 73/2021, conhecida como Lei Paulo Gustavo – homenagem ao ator morto por conta da COVID-19 em maio –, tramita no Senado e tem fortes chances de ser aprovada.

A autoria do projeto é do senador Paulo Rocha (PT/PA), e seu objetivo central é utilizar recursos do Estado para a produção cultural, já previstos no Fundo Nacional de Cultura (FNC), no total de R\$4,4 bilhões. Desse montante, R\$2,8 bi são ligados ao Fundo Setorial de Audiovisual (FSA), devendo ser alocados, portanto, diretamente no setor referente. Esse auxílio financeiro é de fundamental importância para manter o âmbito cultural aquecido, de forma a mitigar os efeitos devastadores da crise econômica agravada pelo prolongamento propositado da pandemia no Brasil, o que exige distanciamento social e, consequentemente, fechamento dos espaços culturais.

Em comparativo, a Lei Paulo Gustavo prevê quase 30% (R\$1,4 bi) a mais de financiamento que a Lei Aldir Blanc. O que é uma ótima

notícia, especialmente se levarmos em conta a efetividade que teve Aldir Blanc em amparar o setor cultural no ano de 2020. Além disso, o projeto em questão “aprendeu com os erros” da Aldir Blanc – focando na desburocratização do processo e no prazo estendido para prestação de contas por partes dos profissionais, elementos que fomentaram uma série de problemas durante a execução dos projetos contemplados pela Aldir.

A aprovação dessa Lei, do ponto de vista da sustentação do setor cultural durante a pandemia, é extremamente substancial, ainda mais observando-se que é uma proposta de fomento direto por parte do Estado; ou seja, desvia das Leis de incentivo (como a Lei Rouanet ou FazCultura), que colocam a iniciativa privada na centralidade do financiamento da cultura. A esquerda precisa reivindicar, cada vez mais, políticas que encarem o trabalho realizado no setor cultural não como empreendedorismo, mas como trabalho assalariado.

É evidente que a classe artística, técnica e de produção deve se mobilizar fortemente para reivindicar seus direitos, ainda mais num período em que a cultura é sistematicamente atacada e desmontada. A Lei Aldir Blanc e, agora, a Lei Paulo Gustavo, abrem essa oportunidade para nós. Não por acaso, é nítido o descontentamento da direita e da extrema-direita com a aprovação dessa Lei, que é uma vitória de nossa classe. Devemos, a cada dia que passa, aprofundar o debate sobre o investimento anual desse valor no setor cultural pelo Estado.

À MEMÓRIA DE EUSÍNIO GASTON LAVIGNE



Por Camila Oliver

Eusínio Gaston Lavigne era descendente, por um lado, da família Sá e, por outro, de imigrantes franceses que chegaram ao Brasil em 1816. Eusínio nasceu em Ilhéus, na fazenda Itarirí, no dia 17 de dezembro de 1883, pouco antes da abolição. Filho de Louis Gastón Lavigne e Leonina Augusta Lavigne, teve seis irmãos.

Ainda criança, mudou-se da fazenda para a cidade de Ilhéus para que pudesse estudar no colégio da professora Maria Calasans. Em 1897, mudou-se para Salvador a fim de estudar no colégio católico São José. Formou-se em direito em 8 de dezembro de 1908. Após a formatura, retornou a Ilhéus para advogar. Após mudar-se para Jequié e depois para o estado do Mato Grosso, voltou para Ilhéus, em 1921, onde casou-se com a médica Odília Teixeira e teve os seus dois filhos: José Leo e Gastão Luiz.

Nomeado pelo historiador Nelson Werneck Sodré como “um mestre humanista”, Eusínio Lavigne, apesar de seus ancestrais, tinha posições políticas bem diferentes das praticadas por Domingos Adami e Ernesto Sá. Alguns o apontavam como comunista, todavia, sua po-

lítica estava mais próxima do populismo. Era defensor da soberania regional contra a agressão do capital estrangeiro e acreditava que a cooperação entre classes e uma liderança “iluminada” trariam benefícios para a região e para o país. Suas posições de oposição ao “situacionismo municipal” já podiam ser percebidas nos escritos do jornal Diário da Tarde, em 1928.

Em 1930, Eusínio Gaston Lavigne ascendeu ao poder municipal, de onde só saiu em 1937 com o golpe do Estado Novo. Em seu governo, conseguiu capitanear iniciativas como a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em 1931, marco da intervenção estatal na região advinda para prestar socorro aos atingidos pela crise. Seu governo também foi marcado pela expansão urbana da cidade, pela defesa do patrimônio territorial do município, e pela elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade.

A partir de 1935, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), lança-se na construção de uma frente única com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foram criados vários núcleos na região. Em Ilhéus, houve a adesão de vários

MEMÓRIA

segmentos da classe média, e do então prefeito Eusínio Lavigne.

Eusínio era ainda um grande incentivador da literatura regional. Acreditava que a história e a literatura fortaleceriam a região. Nesse período, Jorge Amado escreveu Cacau. Era aquela uma época em que o Partido Comunista ganhava adesões entre trabalhadores urbanos e rurais e entre alguns filhos da elite. Contudo, essa arregimentação foi interrompida em 1937, quando o presidente Vargas declarou o Estado Novo, com repressão aos dissidentes, levando-os à prisão ou ainda à morte. Neste ano, Cacau foi censurado, milhares de exemplares foram queimados em Salvador e Jorge Amado foi forçado a exilar-se no Uruguai. Até mesmo Eusínio Lavigne foi preso por seis meses no Quartel dos Aflitos em Salvador, acusado de ser comunista denunciado como co-participante do movimento comunista que realizou os levantes de novembro de 1935, sendo absolvido pelo Tribunal de Segurança, retornando para Ilhéus.

João Falcão, em seu livro O Partido Comunista que Eu Conheci, definiu Eusínio Lavigne como um “Extraordinário líder espiritualista”.

Eusínio concorreu ao Senado, para a constituinte de 1946, integrando a chapa ao lado de Luiz Carlos Prestes. Lavigne, que professava como religião o espiritismo, considerava ser o socialismo um regime necessário para a evolução espiritual do homem. E, durante muitos anos, além de ter presidido a comissão de sua fundação, Eusínio foi o principal financiador do jornal comunista O Momento – Diário do Povo.

Eusínio Lavigne faleceu em 30 de abril de 1973, aos 89 anos, deixando-nos diversas obras escritas, dentre elas, os livros: Cultura e Regionalismo Cacaueiro; Como Nasceu o Instituto de Cacau; Lagoa do Itaípe; Castro Alves, Perene Inspiração; Cooperativas Semi-Estatais, Abastecimento, Problemas de Ilhéus; A Unidade da Lavoura pelo Cooperativismo; Uma Parcela de Minha Contribuição na Defesa do Porto do Malhado; Os Meus 87 Anos e Outros Assuntos; O Fenômeno Tio Juca; A Solução do Café Pelas Cooperativas Semi-Estatais; Os Espíritas e as Questões Sociais; O Instituto Cardecista da Bahia e a Sua Significação; e os de Direito – Ação Demarcatória e Ação Rescisória e Coisa Julgada.

